

# SUMÁRIO

|                            |           |
|----------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b> | <b>23</b> |
|----------------------------|-----------|

## **PARTE I** **A Autonomia nas Relações Familiares**

|                                                                                           |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>2. A EVOLUÇÃO DA AUTONOMIA E OS SEUS CONTORNOS. OS DIVERSOS MODELOS ESTATAIS .....</b> | <b>35</b> |
| 2.1. A Autonomia e o seu Desenvolvimento Prévio e Durante o Estado Liberal .....          | 35        |
| 2.2. A Autonomia e o Estado Social .....                                                  | 45        |
| 2.3. Autonomia e Estado Democrático de Direito .....                                      | 48        |
| <b>3. EXPRESSÕES DA AUTONOMIA .....</b>                                                   | <b>55</b> |
| 3.1. Autonomia Privada: Princípio ou Regra? .....                                         | 55        |
| 3.2. A Autonomia Privada como Direito e Garantia Fundamental .....                        | 60        |
| 3.2.1. A Autonomia Aplica-se Diretamente às Relações Privadas? .....                      | 62        |
| 3.2.1.1. A Teoria do <i>State Action</i> .....                                            | 63        |
| 3.2.1.2. A Teoria Dualista ou da Eficácia Mediata ou Indireta .....                       | 65        |
| 3.2.1.3. A Teoria Monista ou da Eficácia Imediata ou Direta .....                         | 66        |
| 3.2.1.4. A Teoria dos Deveres de Proteção do Estado .....                                 | 68        |
| 3.2.1.5. Qual a Teoria Aplicável ao Brasil? .....                                         | 69        |

|           |                                                                                               |            |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.2.2.    | A Autonomia, como Direito e Garantia Fundamental, é Absoluta? .....                           | 71         |
| 3.2.2.1.  | A Limitação dos Direitos e Garantias Fundamentais .....                                       | 71         |
| 3.3.      | A Autonomia Privada no Processo Civil .....                                                   | 77         |
| <b>4.</b> | <b>AFINAL, O QUE É A AUTONOMIA PRIVADA? .....</b>                                             | <b>87</b>  |
| 4.1.      | Interesses Públicos <i>versus</i> Privados – do Nascimento da Dicotomia aos Dias Atuais ..... | 93         |
| 4.1.1.    | O que é o Interesse Público?.....                                                             | 97         |
| 4.1.2.    | Há Supremacia do Interesse Público sobre o Privado? .....                                     | 106        |
| 4.1.3.    | Como Proceder na Colisão entre Interesses Públicos e Privados? .....                          | 114        |
| <b>5.</b> | <b>A AUTONOMIA NAS RELAÇÕES FAMILIARES .....</b>                                              | <b>127</b> |
| <b>6.</b> | <b>PREMISSAS CONSTRUÍDAS .....</b>                                                            | <b>141</b> |

## PARTE II

### O CASAMENTO E O PACTO ANTENUPCIAL

|           |                                                                                                                                                             |            |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>7.</b> | <b>UMA PRIMEIRA PALAVRA SOBRE O PACTO ANTENUPCIAL ...</b>                                                                                                   | <b>145</b> |
| 7.1.      | Histórico .....                                                                                                                                             | 146        |
| 7.2.      | Conceito e Cabimento .....                                                                                                                                  | 151        |
| 7.3.      | Natureza Jurídica .....                                                                                                                                     | 154        |
| 7.4.      | Validade e Forma .....                                                                                                                                      | 157        |
| 7.5.      | Eficácia .....                                                                                                                                              | 162        |
| 7.6.      | Limites .....                                                                                                                                               | 169        |
| <b>8.</b> | <b>OBJETO PATRIMONIAL .....</b>                                                                                                                             | <b>175</b> |
| 8.1.      | É Possível ao Pacto Antenupcial Criar um Regime de Bens Atípico? .....                                                                                      | 176        |
| 8.2.      | É Viável ao Pacto Antenupcial Construir um Regime de Bens Fásico? .....                                                                                     | 181        |
| 8.3.      | Na Separação Obrigatória de Bens pode o Pacto Antenupcial Indicar Regime de Bens para a Casuística de Cessar o Fato Gerador da Separação Obrigatória? ..... | 186        |
| 8.4.      | É Possível ao Pacto Antenupcial Estipular Doação e/ou Promessa de Doação? .....                                                                             | 188        |

|           |                                                                                                                                          |            |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 8.5.      | É Viável ao Pacto Antenupcial Estabelecer o Uso Gratuito do Bem Comum, ou Exclusivo de um dos Cônjuges, após a Dissolução Afetiva? ..... | 201        |
| 8.6.      | Seria Viável no Pacto Antenupcial Constar Confissão de Dívida, Troca ou Permuta, Compras e Vendas e Promessas de Compras e Vendas? ..... | 205        |
| 8.7.      | É Possível ao Pacto Antenupcial Imputar a um dos Cônjuges a Administração Exclusiva de Bens Comuns? ....                                 | 206        |
| 8.8.      | É Possível ao Pacto Antenupcial Regular sobre as Despesas do Lar? .....                                                                  | 209        |
| 8.9.      | Seria Viável ao Pacto Antenupcial Regular a Dispensa de Vênia Conjugal? .....                                                            | 209        |
| 8.9.1.    | A Vênia Conjugal .....                                                                                                                   | 210        |
| 8.9.2.    | A Dispensa da Vênia Conjugal no Pacto Antenupcial.....                                                                                   | 219        |
| 8.10.     | Poderá o Maior de 70 Anos Escolher Regime de Bens Mediante Pacto Antenupcial?.....                                                       | 224        |
| 8.11.     | Poderia o Pacto Antenupcial Afastar a Incidência da Súmula 377 do Supremo Tribunal Federal? .....                                        | 225        |
| 8.12.     | O Pacto Antenupcial pode ser Aproveitado à União Estável? .....                                                                          | 235        |
| 8.12.1.   | O Contrato de Convivência .....                                                                                                          | 236        |
| 8.12.2.   | O Aproveitamento do Pacto Antenupcial em Contrato de Convivência .....                                                                   | 239        |
| 8.13.     | Seria Viável ao Pacto Antenupcial Fixar Data Posterior à Celebração do Casamento para o Início dos seus Efeitos? ...                     | 245        |
| <b>9.</b> | <b>OS “NOVOS OBJETOS” DO PACTO ANTENUPCIAL .....</b>                                                                                     | <b>247</b> |
| 9.1.      | O Objeto Pessoal .....                                                                                                                   | 253        |
| 9.1.1.    | É Possível ao Pacto Antenupcial Dispensar o Dever de Fidelidade Recíproca? .....                                                         | 253        |
| 9.1.1.1.  | A Monogamia é uma Questão de Ordem Pública? .....                                                                                        | 254        |
| 9.1.1.2.  | A Monogamia, o Pacto Antenupcial e a Autonomia.....                                                                                      | 263        |
| 9.1.1.3.  | A Presunção da Monogamia e o Afastamento Comportamental.....                                                                             | 265        |
| 9.1.2.    | Seria Viável ao Pacto Antenupcial Veicular Regramento Sexual? .....                                                                      | 268        |

|            |                                                                                                                         |            |
|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 9.1.3.     | É Possível ao Pacto Antenupcial Regular Cláusula Indenizatória por Dissolução Afetiva? .....                            | 269        |
| 9.1.3.1.   | A (I)licitude da Cláusula Indenizatória no Pacto Antenupcial.....                                                       | 270        |
| 9.1.3.2.   | Cláusula Indenizatória por Término Conjugual Motivado.....                                                              | 275        |
| 9.1.3.3.   | Cláusula Indenizatória por Término Conjugual Imotivado.....                                                             | 279        |
| 9.1.4.     | É Possível ao Pacto Antenupcial Consignar a Dispensa do Dever de Coabitação? .....                                      | 283        |
| 9.1.5.     | Poderia o Pacto Antenupcial Afastar o Dever de Mútua Assistência? Pré-Fixar Valor e/ou Transitoriedade Alimentar? ..... | 284        |
| 9.1.6.     | É Viável ao Pacto Antenupcial Regular a Obrigatoriedade de Retirada do Sobrenome Acrescido? .....                       | 289        |
| 9.1.7.     | Poderia o Pacto Antenupcial Regular a Renúncia à Herança? .....                                                         | 292        |
| 9.1.7.1.   | Compreensão da Posição Sucessória do Cônjuge .....                                                                      | 292        |
| 9.1.7.2.   | O Pacto Antenupcial e o Planejamento Sucessório .....                                                                   | 298        |
| 9.1.8.     | É Possível ao Pacto Antenupcial Regular sobre Férias Conjugais? .....                                                   | 309        |
| 9.1.9.     | Seria Viável ao Pacto Antenupcial Regular sobre Convenção Comportamental? .....                                         | 309        |
| 9.1.10.    | Poderia o Pacto Antenupcial Estabelecer um Casamento Irretratável? .....                                                | 310        |
| 9.1.11.    | É Viável ao Pacto Antenupcial Regrar sobre Afazeres Domésticos? .....                                                   | 311        |
| 9.1.12.    | É Viável ao Pacto Antenupcial Regrar sobre <i>Pets</i> ? ....                                                           | 312        |
| 9.1.13.    | Poderia o Pacto Antenupcial Regular sobre Contratos Parentais? .....                                                    | 318        |
| 9.2.       | O Objeto Procedimental .....                                                                                            | 319        |
| 9.2.1.     | Os Negócios Jurídicos Processuais .....                                                                                 | 320        |
| 9.2.2.     | A Arbitragem .....                                                                                                      | 324        |
| <b>10.</b> | <b>CONCLUSÕES .....</b>                                                                                                 | <b>327</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                | <b>347</b> |
|            | Referências normativas .....                                                                                            | 368        |